



***INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS***

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017**



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. OBJETIVO .....	3
3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 .....	3
3.1 INTERNACIONAL - PERSPECTIVAS.....	3
3.2 NACIONAL – PERSPECTIVAS .....	5
3.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO .....	8
4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS.....	8
4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA .....	10
4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	11
4.3 SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	11
4.4 ENQUADRAMENTO .....	11
4.5 VEDAÇÕES .....	11
5. META ATUARIAL.....	12
6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS .....	13
6.1 GESTÃO PRÓPRIA .....	13
6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO .....	13
7. CONTROLE DE RISCO.....	13
7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO .....	14
7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO .....	14
7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ .....	15
8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA .....	15
9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO .....	15
9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES.....	16
10. CONTROLES INTERNOS .....	17
11. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

## 1. INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010", o Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2017, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## 2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

## 3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

### 3.1 INTERNACIONAL - PERSPECTIVAS

Para o OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os bancos centrais mundiais estão perto de suas capacidades para estimular o crescimento econômico global. Para o





## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

Banco de Compensações Internacionais – BIS, os bancos centrais deveriam aprender a viver com taxas de inflação abaixo de suas metas, em vez de alimentarem o crescimento da dívida com políticas de estímulos cada vez mais agressivas.

Em seu relatório denominado Perspectiva Econômica Mundial, divulgado já no mês de outubro, o FMI estimou que o crescimento global em 2016 será de 3,1% e não mais 3,4%, conforme a estimativa anterior. Para 2017, também reduziu a expectativa para um crescimento de 3,4% e não mais 3,5%.

Portanto, o crescimento mundial será um pouco maior por conta de melhoras nas economias emergentes e em desenvolvimento, com alguma recuperação das *commodities* e pela retomada da economia americana, por conta de maiores investimentos. Para as economias desenvolvidas, exceto os EUA e principalmente as europeias, as perspectivas não se alterem muito em relação ao momento atual. Os juros e a inflação continuarão muito baixos. O crescimento das economias desenvolvidas como um todo terá leve aceleração e irá de 1,6% em 2016 para 1,8% em 2017.

Em relação à zona do euro, o FMI aumentou a expectativa de crescimento do PIB de 1,6% para 1,7% em 2016 e de 1,4% para 1,5% em 2017. Para a economia alemã, a maior do bloco, estimou também 1,7% em 2016 e 1,4% em 2017. Para a economia francesa estimou um crescimento de 1,3%, este ano e de 1,3% no próximo. Para a italiana, 0,8% e 0,9% e para a espanhola 3,1% e 2,2%, respectivamente.

Para o Reino Unido, membro da União Europeia, o FMI aumentou a sua estimativa para a evolução do PIB, em 2016, de 1,7% para 1,8% e por conta do Brexit diminuiu a de 2017 de 1,3% para 1,1%. Já para a Rússia, país emergente do continente europeu, o FMI projetou a queda da atividade de 0,8% para este ano e uma alta de 1,1% para o próximo.

A principal preocupação para 2017 repousa na evolução da política monetária, já que o programa de compra de ativos do BCE deverá terminar em março. Ainda faz parte do temor dos economistas a deflação e as perdas que as instituições financeiras estão tendo com os juros negativos.

O FMI acredita que a economia americana crescerá 1,6% em 2016 e 2,2% em 2017.

Prestes a passar por uma eleição presidencial, o mercado financeiro acredita que a nova chefia nos EUA vai ser praticamente igual a anterior. Na hipótese de uma vitória republicana, o revés nos mercados poderia ser significativo. Enquanto isso é aguardada a próxima movimentação em direção à taxa de juros.

É possível deduzir, de comunicados do FED, que a elevação da taxa básica deverá se dar até o final deste ano e que em 2017 os aumentos se darão de forma bem gradual, tendo sido sugeridas duas elevações de taxa durante o ano. Dessa forma o impacto nos mercados emergentes poderá não ser significativo, em termos de precificação e volatilidade.

O mercado de trabalho deverá permanecer robusto e é esperado um aumento dos salários com a sua consolidação. A dúvida ainda repousa no comportamento da inflação, que parece aumentar.

Para a China, o FMI projeta uma evolução do PIB de 6,6% em 2016 e de 6,2% em 2017. Já o governo, o país precisará de esforços intensos para atingir as metas econômicas anuais, na medida em que a economia continua sob pressão. Permanecem grandes dificuldades para atingir particularmente as metas de investimento e de expansão do comércio interno e internacional, principalmente. A mudança do modelo exportador para o voltado para o consumo interno continuará em progressão, exigindo tempo para a sua consolidação.

Em relação ao Japão, o FMI estimou um crescimento de 0,5% em 2016 e de 0,6% em 2017.

A dúvida ainda repousa no sucesso do programa de estímulos monetários e na eficácia dos juros negativos. Para a Índia o FMI estimou um crescimento de 7,6% em 2016 e 2017.

#### **RENDA FIXA**

Para a agência Bloomberg, os juros baixos impulsionam artificialmente os preços dos ativos financeiros e distorcem padrões normais de tomada de riscos nos mercados financeiros. Para a OCDE, as distorções geradas no sistema financeiro pelo prolongamento de um nível excepcionalmente baixo das taxas de juros podem acarretar riscos de bolhas especulativas, que não estariam sendo aproveitadas o suficiente para reaquecer a economia mundial. Por outro lado, com as baixas taxas, a evolução dos preços das ações de bancos, por exemplo, está sendo muito pior do que a de outros setores e a deterioração da rentabilidade dos fundos de previdência é visível.

Com a perspectiva que as baixas taxas de juros prevaleçam no mercado internacional, em 2017, o Banco Morgan Stanley acredita ser esse um bom momento para a compra de títulos da dívida de países emergentes como Brasil, China e Índia, que têm taxas de juros significativas.

Os títulos corporativos americanos continuarão a atrair os investidores, bem como os títulos emitidos pelo governo dos EUA, por serem emitidos em dólar, que deverá se valorizar com o aumento dos juros e por serem o maior porto seguro dos investidores.

#### **RENDA VARIÁVEL**

Para o mercado acionário americano, os economistas estão divididos em relação ao futuro. Alguns acreditam que o índice S&P 500, que anda ao redor de 2.100 pontos pode alcançar 2.300 pontos. As ações estariam com preço atraente em relação aos títulos de renda fixa, a preocupação com liquidez é cada vez maior e a expectativa é de que os lucros das empresas subam. Outros acreditam que o mercado já atingiu seu ápice e novas máximas dependerão da política monetária americana e da atividade econômica global.

Para as bolsas europeias o cenário pode ser adverso, com o fim dos estímulos mensais do BCE e para as bolsas emergentes favorável com alguma recuperação dos preços das commodities e com a maior participação do investidor internacional, em busca de maiores retornos.

#### **3.2 NACIONAL – PERSPECTIVAS**

Para o FMI, o PIB do Brasil irá cair 3,3% em 2016 e terá uma melhora em 2017, quando está prevista uma alta de 0,5%. Para o Banco Central, conforme o Relatório de Inflação, publicado em setembro, a queda do PIB este ano será de 3,3% e a alta no próximo ano será de 1,3%. Para os economistas que militam no mercado financeiro, conforme revela o último Relatório Focus do Banco Central, de 07 de outubro último, a atividade econômica no país terá uma retração de 3,15% em 2016 e um crescimento de 1,30% em 2017. Já o Ministério da Fazenda, estimou um crescimento de 1,6% no ano que vem, conforme a proposta do orçamento federal para 2017.

Embora os especialistas no mercado de trabalho estimem que a taxa de desemprego só comece a recuar a partir do segundo semestre do próximo ano e volte ao nível anterior à crise somente após 2018, há otimismo em relação à retomada do crescimento econômico. Com a recuperação da confiança empresarial local e dos investidores externos, os investimentos poderão ser os protagonistas da evolução do PIB, já que o consumo das famílias deverá ter uma recuperação mais lenta.

A series of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the page.





## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Instituições financeiras internacionais de renome acreditam que com a superação da crise política, com o ajuste fiscal e com a queda da inflação e dos juros, o Brasil poderá entrar em novo ciclo virtuoso.

Para o FMI, com o crescimento previsto para 2017 e com a freada da alta do dólar, o Brasil poderá voltar a ser a oitava maior economia do mundo já no próximo ano.

Segundo o ministro Henrique Meirelles, com os sinais de reação já esboçados pela economia, com a melhora dos índices de confiança e com o avanço do ajuste fiscal, a retomada de um bom ritmo de crescimento pode ser mais rápida, mesmo com a possibilidade do aumento dos juros nos EUA. Há também que se levar em consideração, o fato de que a queda acumulada do PIB nos últimos anos foi tão intensa que a base baixa para a recuperação do crescimento econômico é um fator favorável adicional.

Analistas de mercado especializados em contas públicas estimam que o déficit público primário em 2016 será da ordem de R\$ 159 bilhões, portanto abaixo da meta de R\$ 170,5 bilhões aprovada pelo Congresso Nacional. Já para 2017, a expectativa é de um déficit de R\$ 145,3 bilhões, portanto acima da meta de R\$ 139 bilhões, fixada pelo governo. Já a dívida bruta deverá equivaler a 78,2% do PIB, sendo que hoje é cerca de 70%.

Em recente visita à agência Bloomberg, em Nova Iorque, o presidente Temer declarou que o déficit fiscal demorará ainda mais dois ou três anos para ser eliminado, mesmo com a aprovação do teto para o crescimento dos gastos públicos, durante os próximos 20 anos. O texto-base já foi aprovado pela Câmara em primeiro turno, restando ser aprovado em segundo turno para depois ser enviado ao Senado, onde também terá que ser aprovado em dois turnos.

Segundo Mansueto de Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, a PEC 241, que estabelece o teto é a melhor forma de ajuste fiscal porque é gradual. Não leva a grandes cortes de despesas necessárias e nem ao corte de aposentadorias, como foi feito em vários países da Europa.

Em relação ao crescente déficit da Previdência Social, as reformas propostas pelo governo só serão encaminhadas ao Legislativo em 2017. A princípio, uma das ideias é unificar a Previdência pública e privada.

Dentro das possibilidades de aumento de arrecadação ventiladas pelo governo, está um programa de privatizações, que tem a vantagem de não passar pelo Congresso e nem pelo sistema político e que não precisa de aprovação popular. O governo tem autonomia para efetivá-lo. Também as concessões de serviços públicos integram o rol de possibilidades.

O fato é que, como está esgotada a capacidade de endividamento do Tesouro Nacional, o chamado ajuste fiscal é indispensável para que o país retome o ciclo virtuoso que propicia o crescimento econômico, com uma política de juros baixos e inflação controlada.

Conforme o último Relatório Focus, o mercado financeiro estima que a inflação de 2016, medida através do IPCA, será de 7,04% e cairá para 5,06% em 2017. Para o Banco Central, através do último Relatório Trimestral de Inflação, ela será de 4,4% em 2017, portanto abaixo do centro da meta de 4,5% e cairá para 3,8% em 2018.

Embora a indexação de preços ainda esteja viva na economia brasileira e possa tornar a queda da inflação mais lenta, uma série de reajustes salariais foi feita sem a plena reposição da inflação passada e os preços administrados, por seu turno, devem exercer pressões bem menores sobre os demais preços da economia.



## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Depois do IPCA de setembro ter registrado uma alta de apenas 0,08%, o presidente do BC, Ilan Goldfajn alertou que é preciso serenidade, na medida em que a desinflação não pode se restringir a apenas um mês, mas tem que se firmar ao longo do tempo.

Embora as pressões dos preços dos alimentos possam prosseguir, até por conta de uma menor safra de grãos neste ano, com a confiança em alta é benigno o cenário para a inflação.

Para o mercado financeiro, este ano irá terminar com a taxa Selic em 13,75% a.a. e cairá para 11% a.a. no final de 2017. Sob a chefia de Ilan Goldfajn, o Banco Central vem conduzindo a política monetária com extrema prudência. Em sua avaliação a queda dos juros depende basicamente do ajuste fiscal e da inflação dos alimentos. Mas o seu objetivo é de que a inflação atinja o centro da meta, o que permitiria, com a disciplina fiscal, uma queda duradoura das taxas de juros, que propicie a redução dos custos financeiros para as famílias e empresas, além da valorização dos ativos em geral.

Para o mercado financeiro, está próximo o momento do início da queda da taxa Selic.

O último Relatório Focus revelou que o mercado financeiro espera que o dólar esteja cotado a R\$ 3,25 no final de 2016 e a R\$ 3,40 no final de 2017. Neste ano, o real foi uma das moedas que mais se valorizou no mundo. Se por um lado o dólar mais desvalorizado colabora com a inflação, ao baratear os produtos importados, por outro pode também representar uma ameaça para as contas externas, foco das poucas boas notícias econômicas, neste ano.

Com a economia brasileira voltando a andar nos trilhos, é grande a possibilidade de fortes ingressos de capital estrangeiro no próximo ano, já que diversos analistas internacionais expressaram otimismo com o país. Esses ingressos podem ainda ser intensificados, com a melhoria dos ratings do país, a partir do ajuste fiscal.

Para conter a excessiva queda do dólar e evitar os erros cometidos no passado recente, que tanto prejudicaram nossas exportações e o setor industrial, o Banco Central conta com ferramentas como o corte dos juros, a compra de dólares no mercado à vista e novos leilões de swap reverso.

Para a Balança Comercial, o Relatório Focus estima um superávit de US\$ 49,1 bilhões em 2016 e de US\$ 45 bilhões para 2017. Para o déficit em transações correntes, o mercado o estima em US\$ 17,1 bilhões em 2016 e US\$ 25 bilhões em 2017. E finalmente para o Investimento Estrangeiro Direto – IED, a estimativa é de um ingresso de US\$ 65 bilhões em 2016 e 2017.

Para a maior gestora de recursos do mundo, a BlackRock, os juros pagos pelos papéis brasileiros, emitidos aqui e no exterior estão entre os mais atraentes do mundo. De fato, a diferença entre as taxas de juros praticadas no Brasil e a média praticada nos países desenvolvidos é a maior em dez anos. Esse é um dos fatores que estimulam a atração de capital internacional no curto prazo.

Como dissemos anteriormente, com a aprovação do ajuste fiscal, com a queda da inflação e com a retomada da arrecadação do setor público a partir de um maior crescimento econômico, podemos estar diante de uma queda continuada da taxa Selic e dos juros de mercado, que possibilitarão altos rendimentos nas aplicações pré-fixadas, inclusive naquelas em que os IMA's servem de referência. Também os títulos privados devem aumentar o seu espaço no mercado em 2017.

Assim, a alocação sugerida para as aplicações financeiras dos RPPS, se encontra na tabela abaixo.

A análise feita para a renda fixa também procede para a renda variável. Cabe acrescentar que o fluxo de recursos de investidores estrangeiros, que hoje representa quase a metade do volume transacionado na Bovespa, pode se intensificar ainda mais com o novo quadro político e econômico.





## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Depois de dois anos o Índice Bovespa voltou a superar o patamar de 60 mil pontos e também com a perspectiva de alta para as commodities no próximo ano, pode evoluir ainda mais, não só por conta do ingresso de recursos, mas principalmente pelo crescimento do lucro das empresas.

### **3.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO**

INDICADOR	2016	2017
CRESCIMENTO REAL DO PIB (% AA.)	-3,15	1,30
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	-5,96	1,11
IPCA (IBGE) - % AA.	7,04	5,06
IGP-M (FGV) - % AA.	7,91	5,50
TAXA SELIC META - FIM DO ANO (% AA.)	13,75	11,00
CÂMBIO - FIM DO ANO (R\$/US\$)	3,25	3,40
BALANÇA COMERCIAL - SALDO (EM US\$ BILHÕES)	49,18	45,00
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO - IED (EM US\$ BILHÕES)	65,00	65,00

Fonte: Bacen: Sistema de Expectativas de Mercado

### **4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS**









Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010. Limites estabelecidos mediante estudo do cenário macroeconômico atual e de perspectivas futuras, com as hipóteses razoáveis de realização no curto e médio prazo, conforme descrito abaixo:



## Alocação Estratégica para o exercício de 2017

				Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2017		
Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Posição Atual da Carteira (%) - Nov/16	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	77,70%	30,00%	70,00%	98,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	80,00%	7,96%	3,00%	5,00%	20,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	80,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	30,00%	11,46%	10,00%	15,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>500,00%</b>	<b>97,12%</b>	<b>43,00%</b>	<b>90,00%</b>	<b>158,00%</b>
Renda Variável	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, III	15,00%	2,88%	2,00%	10,00%	15,00%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>80,00%</b>	<b>2,88%</b>	<b>2,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>15,00%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>580,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>45,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>173,00%</b>

A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

## Alocação Estratégica para os próximos cinco anos

Segmento	Tipo de Ativo	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	30,00%	98,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	3,00%	20,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	10,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>43,00%</b>	<b>148,00%</b>
Renda Variável	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	0,00%	0,00%
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, III	10,00%	20,00%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0,00%	0,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0,00%	0,00%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>10,00%</b>	<b>20,00%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>53,00%</b>	<b>168,00%</b>

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

### 4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010, propõe-se adotar o, limite de no máximo 98% (noventa e oito por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.





# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN nº 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

## **4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL**

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, limitar-se-ão a 15% (quinze por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.

## **4.3 SEGMENTO DE IMÓVEIS**

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

Seguindo as especificações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 7, 7.1, há necessidade das reavaliações devido a fatores que podem fazer com que o valor contábil do ativo não corresponda ao seu valor justo. A frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados.

## **4.4 ENQUADRAMENTO**

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA considera os limites estipulados de enquadramento na Resolução CMN nº 3.922/2010, e como entendimento complementar ao Artigo 22, destacamos:

Serão entendidos como desenquadramento passivo, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

## **4.5 VEDAÇÕES**

O Comitê de Investimento do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:



## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

1. Operações compromissadas;
2. Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
3. Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;
4. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas.
5. A classificação e enquadramento das cotas de fundos de investimento não podem ser descaracterizados pelos ativos finais investidos devendo haver correspondência com a política de investimentos do fundo.

### **5. META ATUARIAL**

A Portaria MPS nº 87, de 02 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 03/02/2005, que estabelece as Normas Gerais de Atuária dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa real de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais será de, no máximo, 6,00% (seis por cento) ao ano.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a distribuição dos recursos conforme a estratégia alvo utilizada nesta Política de Investimentos, as projeções indicam que a rentabilidade real estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2017 será de 6,00% (seis por cento), somado a inflação de INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou seja, superior à taxa de juros máxima admitida pela norma legal.

Ainda assim, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA avaliará a execução de estudos que evidenciem, no longo prazo, qual a real situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários.





# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

## **6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS**

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA será **própria**.

### **6.1 GESTÃO PRÓPRIA**

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

### **6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Curador, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

## **7. CONTROLE DE RISCO**

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

#### 7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

#### 7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

A series of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the page.





# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POORS	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATING	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
SR RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

## 7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

## 8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

## 9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO

Seguindo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

#### **9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES**

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) **Tradição e Credibilidade da Instituição** – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- b) **Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco.
- c) **Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos** – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

A series of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the page.





# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

## **10. CONTROLES INTERNOS**

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;

II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;

III - monitorar o grau de risco dos investimentos;

IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;

V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

17



## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a empresa de consultoria de investimentos, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

### **11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2017.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.





## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.


Observação: Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, este documento deverá ser assinado:

Pelo representante do ente federativo;

Pelo representante da unidade gestora do RPPS;

Pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos.

Nova Andradina, 13 de dezembro de 2016.

  
Roberto Hashioka Soler  
Prefeito Municipal de Nova Andradina-MS

  
Edna Chulli  
Diretora Presidente

  
Bruno Alves de Sales  
Gestor do Comitê

  
Wagner Brandão da Cunha  
Diretor Financeiro

M




**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

  
Maraisa Monteiro de Carvalho  
Membro Comitê

  
Leandro Domingues  
Membro Comitê

  
Kelly Cristina de S. Campos Borba  
Presidente do Conselho Curador

  
Maria Aparecida dos S. Correia Valdez  
Membro Conselho Curador

  
Edna Valéria Diniz da Motta Araújo  
Membro Conselho Curador

  
Jaqueline Hernandez Dorce  
Membro Conselho Curador

  
Izaura Cardozo Moreira  
Membro Conselho Curador





**ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO CURADOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS, EM 15/12/2016.**

Às catorze horas, do dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sede do PREVINA, a Presidente do Conselho Curador iniciou a reunião com a presença das seguintes Conselheiras: Kelly Cristina de Souza Campos Borba, Presidente e representante do Executivo Municipal; Maria Aparecida dos Santos Correia Valdez, Vice Presidente e representante eleita dos ativos; Edna Valéria Diniz Motta Araújo, representante do Legislativo Municipal; Jaqueline Hernandes Dorce, representante eleita dos ativos, Izaura Cardozo Moreira, representante eleita dos inativos. A Presidente do Conselho Curador passou a pauta da reunião. 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior. 2) Leitura e análise do processo nº 043/2016 encaminhado pela Diretora Presidente do Previna, através das fls Nº017, que trata dos Suprimento de Fundos, após análise e parecer do Conselho Fiscal este Conselho aprovou o referido processo. 3) Leitura e Análise do Processo nº 053/2016, encaminhado pela Diretora Presidente do Previna, através da CI Previna 091/216, que trata de autorização para recolhimento do Pasep. Considerando o despacho constante nas Fls. 087, do Conselho Fiscal, solicitando parecer técnico e jurídico, tendo em vista a complexidade e divergências quanto ao recolhimento do PASEP, este Conselho solicitou à Diretora Presidente que atenda a solicitação do Conselho Fiscal para dar prosseguimento ao processo. 4) Leitura e análise do processo nº 054/2016, encaminhado pela Diretora Presidente do Previna, que trata da Auditoria Direta, conforme solicitação deste conselho a Advogada do Previna, elaborou as minutas das notificações para as referidas empresas: Acomprev Consultoria Administrativa e Previdenciária Ltda e Actuarial Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda ME. O Conselho aprovou as referidas minutas, assinando-as e solicitando à Diretoria que encaminhe através de AR - aviso de recebimento. 5) Elaboração e envio da CI Nº 026/2016 para conhecimento do Conselho Fiscal, que trata da notificação encaminhada para as empresas Acomprev Consultoria Administrativa e Previdenciária Ltda e Actuarial Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda-ME. 6) Leitura e análise do processo nº 054/2016, encaminhado pela Diretora Presidente, através da CI Nº 092/2016, que trata da Política de Investimento para o exercício 2017. Após análise da Política de Investimento, e considerando a reunião em conjunto com o Comitê de Investimentos, ocorrida dia 12/12/2016 o Conselho Curador emitiu a Resolução nº 045/2016, aprovando a Política de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina, para o exercício de 2017, com prazo de vigência para o período de 01/01/2017 a



31/12/2017. 7) Elaboração do calendário anual de reuniões para o ano de 2017: Janeiro 23,24,25 e 26; Fevereiro 07,14,21 e 23; Março 07,14,21 e 28; Abril 04,11,18 e 25; Maio 02,09,16,23 e 30; Junho 06,13,20 e 27; Julho 04,11,18 e 25; Agosto 01,08,15 e 22; Setembro 05,12,19 e 26; Outubro 03,10,17 e 24; Novembro 07,14,21 e 28; Dezembro 05,12,19 e 26, que foi encaminhada à Diretoria através da CI 027/2016. Nada mais havendo a tratar diante do encerramento da pauta programada para a data, a Presidente finalizou a reunião às 17 horas, lavrando-se a presente ata que será assinada por todos após aprovação. Nova Andradina-MS, 15 de dezembro de 2016.

Kul Barba @ meuBeaAntaly  
Eduardo  
Joaquim Hernandez Jorje





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

**RESOLUÇÃO 045, de 15 de dezembro de 2016.**

***Torna pública a deliberação do Conselho Curador quanto à Política de Investimentos para o ano de 2017, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS - PREVINA, e dá outras providências.***

O Conselho Curador do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS-PREVINA, em conformidade com o disposto no art. 33 da Lei Municipal 993, de 1º de setembro de 2011, torna público que, em reunião ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2016, disciplinada pela Resolução nº 3.922/2010, o referido Conselho;

**RESOLVE:**

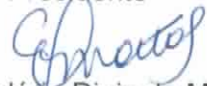
Art. 1º. Aprovar a Política de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS (PREVINA), para o exercício de 2017, com prazo de vigência para o período de 01/01/2017 a 31/12/2017, contida no anexo único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

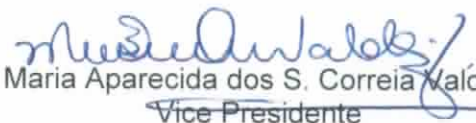
Publique-se,  
Registre-se.

Nova Andradina-MS, 15 de dezembro de 2016.

  
Kelly Cristina de Souza Campos Borba  
Presidente

  
Edna Valéria Diniz da Motta  
Membro

  
Izaura Cardoso Moreira  
Membro

  
Maria Aparecida dos S. Correia Valdez  
Vice-Presidente

  
Jacqueline Hernandez Dorce  
Membro



### Mobiliários:

Todas as dependências possuem mobiliários suficientes e necessários para o bom funcionamento e acomodação dos alunos matriculados nessa unidade escolar.

### RECURSOS HUMANOS:

A unidade escolar conta com uma equipe de funcionários para atender aos estudantes de modo satisfatório. Os professores e os demais funcionários são lotados de acordo com aprovação em concurso público municipal e habilitados para os cargos que ocupam, de acordo com o Regimento Escolar e legislação vigente.

### ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

A Unidade Escolar oferece os anos iniciais e finais do ensino Fundamental e EJA, atende a um total de **538** alunos, distribuídos nas seguintes etapas:

**Turno Matutino: 6º ao 9º ano:** 6º Ano A (23 alunos); 6º Ano B (25 alunos); 6º Ano C (30 alunos); 7º Ano A (23 alunos); 7º Ano B (26 alunos); 7º Ano C (25 alunos); 8º Ano A (21 alunos); 8º Ano B – 22 alunos; 8º Ano C (21 alunos); 8º Ano D (21 alunos); 9º Ano A (22 alunos); 9º Ano B (22 alunos); 9º Ano C (28 alunos).

**Turno Vespertino: 1º ao 5º ano:** 1º Ano A (27 alunos); 2º Ano A (19 alunos); 2º Ano B (20 alunos); 3º Ano A (29 alunos); 4º Ano A (21 alunos); 4º Ano B (25 alunos); 4º Ano C (27 alunos); 5º Ano A (17 alunos); 5º Ano B (23 alunos); 5º Ano C (21 alunos).

Convém destacar que a Unidade Escolar funciona em regime de estatuto, nos períodos diurno e noturno.

### 2. VOTO DA RELATORA:

Diante do exposto na análise dos autos e com fundamento no relatório de verificação elaborado pela Inspeção Escolar/SEMEC destacamos que as disposições da legislação vigente foram atendidas parcialmente pela Instituição de Ensino requerente. Portanto, somos de parecer

**FAVORÁVEL**, Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano ofertado pela Escola Municipal Professor João de Lima Pires, concedendo-lhe um prazo de 02 (dois) anos, a partir de 2017.

Vanessa Perpetua dos Santos  
Conselheira Relatora

**3. CONCLUSÃO DA CÂMARA:** A Câmara de Educação Básica/CEB reunida em 12/12/2016 acompanha o voto da relatora.

Celso Vieira Nogueira  
Conselheiro-Presidente da CEB/CME

**4. APROVADO EM SESSÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Maria Neuza de Souza Rosa  
Conselheira-Presidente CME



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017

AVENIDA DE BRUNO DE MOURA, 1170 - BARRIO CILINDRO DE NOVA ANDRADINA - MS - CEP: 78700-000  
FONE: (67) 3205-5000 - FAX: (67) 3244-1187 - [psm@novaandradina.ms.gov.br](mailto:psm@novaandradina.ms.gov.br)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

### SUMÁRIO

1. CONTEÚDO	1
2. OBJETIVO	2
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO	3
3.1. INSTITUCIONAL - ORGANIZACIONAL	3
3.2. NACIONAL - PROPOSTAS	5
3.3. EXPECTATIVAS DE INVESTIMENTOS	6
4. NÚMERO DE INVESTIMENTOS POR ANO	6
5.1. NÚMERO DE BENEFÍCIOS	10
5.2. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.3. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.4. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.5. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.6. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.7. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.8. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.9. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.10. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.11. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.12. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.13. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.14. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.15. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.16. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.17. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.18. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.19. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.20. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.21. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.22. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.23. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.24. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.25. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.26. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.27. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.28. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.29. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.30. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.31. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.32. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.33. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.34. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.35. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.36. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.37. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.38. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.39. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.40. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.41. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.42. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.43. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.44. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.45. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.46. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.47. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.48. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.49. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.50. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.51. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.52. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.53. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.54. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.55. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.56. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.57. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.58. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.59. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.60. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.61. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.62. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.63. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.64. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.65. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.66. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.67. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.68. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.69. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.70. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.71. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.72. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.73. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.74. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.75. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.76. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.77. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.78. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.79. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.80. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.81. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.82. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.83. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.84. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.85. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.86. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.87. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.88. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.89. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.90. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.91. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.92. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.93. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.94. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.95. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.96. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.97. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.98. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.99. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11
5.100. NÚMERO DE BENEFÍCIOS POR ANO	11

AVENIDA DE BRUNO DE MOURA, 1170 - BARRIO CILINDRO DE NOVA ANDRADINA - MS - CEP: 78700-000  
FONE: (67) 3205-5000 - FAX: (67) 3244-1187 - [psm@novaandradina.ms.gov.br](mailto:psm@novaandradina.ms.gov.br)







doi:10.1371/journal.pone.0142215.g002



收稿日期:2002-11-25; 录用日期:2003-01-15; 修回日期:2003-03-10  
基金项目:国家自然科学基金(49925410, 49925411, 49925412, 49925413, 49925414, 49925415, 49925416, 49925417, 49925418, 49925419, 49925420, 49925421, 49925422, 49925423, 49925424, 49925425, 49925426, 49925427, 49925428, 49925429, 49925430, 49925431, 49925432, 49925433, 49925434, 49925435, 49925436, 49925437, 49925438, 49925439, 49925440, 49925441, 49925442, 49925443, 49925444, 49925445, 49925446, 49925447, 49925448, 49925449, 49925450, 49925451, 49925452, 49925453, 49925454, 49925455, 49925456, 49925457, 49925458, 49925459, 49925460, 49925461, 49925462, 49925463, 49925464, 49925465, 49925466, 49925467, 49925468, 49925469, 49925470, 49925471, 49925472, 49925473, 49925474, 49925475, 49925476, 49925477, 49925478, 49925479, 49925480, 49925481, 49925482, 49925483, 49925484, 49925485, 49925486, 49925487, 49925488, 49925489, 49925490, 49925491, 49925492, 49925493, 49925494, 49925495, 49925496, 49925497, 49925498, 49925499, 49925500, 49925501, 49925502, 49925503, 49925504, 49925505, 49925506, 49925507, 49925508, 49925509, 49925510, 49925511, 49925512, 49925513, 49925514, 49925515, 49925516, 49925517, 49925518, 49925519, 49925520, 49925521, 49925522, 49925523, 49925524, 49925525, 49925526, 49925527, 49925528, 49925529, 49925530, 49925531, 49925532, 49925533, 49925534, 49925535, 49925536, 49925537, 49925538, 49925539, 49925540, 49925541, 49925542, 49925543, 49925544, 49925545, 49925546, 49925547, 49925548, 49925549, 49925550, 49925551, 49925552, 49925553, 49925554, 49925555, 49925556, 49925557, 49925558, 49925559, 49925560, 49925561, 49925562, 49925563, 49925564, 49925565, 49925566, 49925567, 49925568, 49925569, 49925570, 49925571, 49925572, 49925573, 49925574, 49925575, 49925576, 49925577, 49925578, 49925579, 49925580, 49925581, 49925582, 49925583, 49925584, 49925585, 49925586, 49925587, 49925588, 49925589, 49925590, 49925591, 49925592, 49925593, 49925594, 49925595, 49925596, 49925597, 49925598, 49925599, 49925600, 49925601, 49925602, 49925603, 49925604, 49925605, 49925606, 49925607, 49925608, 49925609, 49925610, 49925611, 49925612, 49925613, 49925614, 49925615, 49925616, 49925617, 49925618, 49925619, 49925620, 49925621, 49925622, 49925623, 49925624, 49925625, 49925626, 49925627, 49925628, 49925629, 49925630, 49925631, 49925632, 49925633, 49925634, 49925635, 49925636, 49925637, 49925638, 49925639, 49925640, 49925641, 49925642, 49925643, 49925644, 49925645, 49925646, 49925647, 49925648, 49925649, 49925650, 49925651, 49925652, 49925653, 49925654, 49925655, 49925656, 49925657, 49925658, 49925659, 49925660, 49925661, 49925662, 49925663, 49925664, 49925665, 49925666, 49925667, 49925668, 49925669, 49925670, 49925671, 49925672, 49925673, 49925674, 49925675, 49925676, 49925677, 49925678, 49925679, 49925680, 49925681, 49925682, 49925683, 49925684, 49925685, 49925686, 49925687, 49925688, 49925689, 49925690, 49925691, 49925692, 49925693, 49925694, 49925695, 49925696, 49925697, 49925698, 49925699, 49925700, 49925701, 49925702, 49925703, 49925704, 49925705, 49925706, 49925707, 49925708, 49925709, 49925710, 49925711, 49925712, 49925713, 49925714, 49925715, 49925716, 49925717, 49925718, 49925719, 49925720, 49925721, 49925722, 49925723, 49925724, 49925725, 49925726, 49925727, 49925728, 49925729, 49925730, 49925731, 49925732, 49925733, 49925734, 49925735, 49925736, 49925737, 49925738, 49925739, 49925740, 49925741, 49925742, 49925743, 49925744, 49925745, 49925746, 49925747, 49925748, 49925749, 49925750, 49925751, 49925752, 49925753, 49925754, 49925755, 49925756, 49925757, 49925758, 49925759, 49925760, 49925761, 49925762, 49925763, 49925764, 49925765, 49925766, 49925767, 49925768, 49925769, 49925770, 49925771, 49925772, 49925773, 49925774, 49925775, 49925776, 49925777, 49925778, 49925779, 49925780, 49925781, 49925782, 49925783, 49925784, 49925785, 49925786, 49925787, 49925788, 49925789, 49925790, 49925791, 49925792, 49925793, 49925794, 49925795, 49925796, 49925797, 49925798, 49925799, 49925800, 49925801, 49925802, 49925803, 49925804, 49925805, 49925806, 49925807, 49925808, 49925809, 49925810, 49925811, 49925812, 49925813, 499



基金管理人承诺以诚实信用、勤勉尽责的原则管理和运用基金资产,但不保证基金一定盈利,也不保证基金份额持有人的本金不受损失。基金管理人提醒投资者基金投资的“买者自负”原则,在做出投资决策后,基金运营状况与基金净值变化引致的投资风险,由投资者自行负担。基金管理人、基金托管人、基金销售机构应当严格履行法律法规及基金合同和相关业务规则规定的义务,确保基金份额持有人的合法权益不受侵犯。









**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

DECRETO Nº 001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS.

Art. 1º - O presente Decreto estabelece o Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS.

Art. 2º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 3º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 4º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 5º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 6º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 7º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 8º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 9º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 10º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 11º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 12º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 13º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 14º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 15º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 16º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 17º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 18º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 19º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 20º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 21º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 22º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 23º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 24º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 25º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 26º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 27º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 28º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 29º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 30º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 31º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 32º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 33º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 34º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 35º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 36º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 37º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 38º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 39º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 40º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR  
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO  
MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS, EM 15/12/2016**

As 14 horas, no dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sede da PREVINA, a Presidente do Conselho Curador iniciou a reunião com a presença dos seguintes Conselheiros: Kelly Cristina de Souza Campos Barba, Presidente e representante do Executivo Municipal; Maria Aparecida dos Santos, Correla Valdez, Vice-Presidente e representante eleito dos atores; Edna Valéria Siqueira Netto, Araújo, representante do Legislativo Municipal; Joaquim Hernandez Dantas, representante eleito dos atores; Isidoro Cordeiro Moreira, representante eleito dos atores. A Presidente do Conselho Curador passou a pauta da reunião: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Leitura e análise do processo nº 043/2016, encaminhado pela Diretora Presidente da Previdência, através do fls. Nº 017, que trata das Supremacia de Fato, após análise e parecer do Conselho Fiscal este Conselho aprovou o referido processo; 3) Leitura e Análise do Processo nº 053/2016, encaminhado pela Diretora Presidente da Previdência, através do CI Previdência 091/2016, que trata de autorização para recolhimento do PASEP, Considerando o despacho emitido nos fls. 087, do Conselho Fiscal solicitando parecer técnico e jurídico, tendo em vista a complexidade e divergências quanto ao recolhimento ao PASEP, este Conselho solicitou à Diretora Presidente, que atenda e solicite o Conselho Fiscal para dar parecer quanto ao processo; 4) Leitura e análise do processo nº 054/2016, encaminhado pela Diretora Presidente da Previdência, que trata da Auditoria Direta, conforme solicitação deste Conselho e Advogado da Previdência, elaborou as minutas das justificativas para as referidas empresas Acamprev Consultoria Administrativa e Previdenciária Ltda e Atuarial Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda ME. O Conselho aprovou as referidas minutas, assinando-as e solicitando à Diretora que envie através de AR - para o recolhimento; 5) Elaboração e envio de CI nº 026/2016 para conhecimento do Conselho Fiscal, que trata da ratificação encaminhada para as empresas Acamprev Consultoria Administrativa e Previdenciária Ltda e Atuarial Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda-ME; 6) Leitura e análise do processo nº 054/2016, encaminhado pela Diretora Presidente, através do CI nº 092/2016, que trata da Política de Investimento para o exercício 2017. Após análise da Política de Investimento e considerando o resumo em conjunto com a Comissão de Investimentos, ocorrida em 12/12/2016, o Conselho Curador emitiu a Resolução nº 045/2016, aprovando a Política de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina, para o exercício de 2017, com prazo de vigência para o período de 01/01/2017 a

31/12/2017. 7) Elaboração do calendário anual de reuniões para o ano de 2017: Janeiro 23, 24, 25 e 26; Fevereiro 07, 14, 21 e 23; Março 07, 14, 21 e 28; Abril 04, 11, 18 e 25; Maio 02, 09, 16, 23 e 30; Junho 06, 13, 20 e 27; Julho 04, 11, 18 e 25; Agosto 01, 08, 15 e 22; Setembro 05, 12, 19 e 26; Outubro 03, 10, 17 e 24; Novembro 07, 14, 21 e 28; Dezembro 05, 12, 19 e 26, que foi encaminhada à Diretora através do CI 027/2016. Nada mais havendo a tratar, dando-se o encerramento da pauta programada para a data, a Presidente finalizou a reunião às 17 horas, lavrando-se a presente ata que será assinada por todos após aprovação Nova Andradina-MS, 15 de dezembro de 2016.

Assinaturas dos membros do Conselho Curador.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Art. 1º - O presente Decreto estabelece o Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS.

Art. 2º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 3º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 4º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 5º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 6º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 7º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 8º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 9º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 10º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 11º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 12º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 13º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 14º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 15º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 16º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 17º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 18º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 19º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 20º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 21º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 22º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 23º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 24º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:

Art. 25º - O Regimento Interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS, aprovado pelo Conselho Curador, terá a seguinte redação:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS

RESOLUÇÃO 045, de 15 de dezembro de 2016.

Torna pública a deliberação do Conselho Curador quanto a Política de Investimentos para o ano de 2017 do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS - PREVISA, e de outras providências.

O Conselho Curador do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS-PREVISA, em conformidade com o disposto no art. 33 da Lei Municipal 003 de 17 de setembro de 2017, torna público que em reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2016, deliberou sobre Resolução nº 1.422/2016, o referido Conselho.

### RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a Política de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS (PREVISA), para o exercício de 2017, com prazo de vigência até o período de 01/01/2017 a 31/12/2017, sob pena de anulação desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publicado em  
Diário Oficial

Nova Andradina-MS, 15 de dezembro de 2016.

Carlos Roberto Mendes de Souza Lima  
Presidente

Maria Aparecida dos S. Gomes Aguiar  
Vice-Presidente

Elina Vagner Lima da Silva  
Membro

Wilson Carlos de Moraes  
Membro

Legislação: Lei nº 993/2011 - Nova Andradina-MS

### Mato Grosso do Sul

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Extrato de Empenho Nº.: 3721/16 Data: 15/12/2016

Licitação: Processo: 38623/16, Pregão: 92/2016, Ata nº.: 144/2016

Município: Nova Andradina  
C.N.P.J.: 03.173.317/0001-18

Dotação	
Órgão	04
Unidade	04.05
Função	04.122.0030
Projeto/Atividade	2.005
Elemento	3.3.90.36.99.00.00.01.00

Valor Total do Empenho: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Credor: 4306 LIDIO GETULIO DE SIQUEIRA

Objeto:  
PELA DESPESA EMPENHADA REF A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 144/2016.

### Mato Grosso do Sul

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Extrato de Empenho Nº.: 3725/16 Data: 15/12/2016

Licitação: Processo: 40777/16, Pregão: 184/2016, Ata nº.: 100/2016

Município: Nova Andradina  
C.N.P.J.: 03.173.317/0001-18

Dotação	
Órgão	16
Unidade	16.20
Função	04.123.0018
Projeto/Atividade	2.005
Elemento	3.3.90.39.41.00.00.00.01.00

Valor Total do Empenho: 2.026,50 (dois mil e cinquenta e cinco reais)

Credor: 881 JOÃO DEFAVARI MEIS

Objeto:  
PELA DESPESA EMPENHADA REF A FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA ATENDER SEC. MUN. DE FINANÇAS E GESTÃO CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 100/2016

### Mato Grosso do Sul

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Extrato de Empenho Nº.: 3729/16 Data: 15/12/2016

Licitação: Processo: 46143/16, Pregão: 359/2016, Ata nº.: 184/2016

Município: Nova Andradina  
C.N.P.J.: 03.173.317/0001-18

Dotação	
Órgão	31
Unidade	31.06
Função	04.132.0020
Projeto/Atividade	2.115
Elemento	3.3.90.36.25.30.00.00.01.00

Valor Total do Empenho: 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)

Credor: 5678 JOSE GOMES BARBOSA NETO EIRELI - ME

Objeto:  
PELA DESPESA EMPENHADA REF A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LIMPEZA GERAL CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 184/2016

### MATO GROSSO DO SUL

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Extrato de Empenho Nº.: 383/16 Data: 14/12/2016

Licitação: Processo: 46276/16, Pregão: 363/2016, Ata nº.: 178/2016

Município: NOVA ANDRADINA  
C.N.P.J.: 14.948.093/0001-13

Dotação	
Órgão	07
Unidade	07.10
Função	08.244.0037
Projeto/Atividade	2.203
Elemento	3.3.90.30.99.00.00.00.1100

Valor Total do Empenho: 812,00 (oitocentos e doze reais)

Credor: 742 MS REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME

Objeto:  
PELA DESPESA EMPENHADA REF A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDER OS PROJETOS SOCIAIS CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 178/2016



### PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA

Estado de Mato Grosso do Sul  
Governo Municipal

### TERMO DE CANCELAMENTO

DA ATA Nº 092/2016

Por este instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS, em cumprimento as determinações legais, resolve registrar o cancelamento da ATA Nº 092/2016, celebrado com as Empresas ANA A. B. A. RODRIGUES - ME; BRUNO ARIZOLI CORREA BATISTA- ME; GRÁFICA E EDITORA CRISTO REI LTDA-ME e M. S. DO NASCIMENTO GRÁFICA - ME.

A presente ATA está sendo cancelada por motivo de que a mesma não será mais utilizada cessando a obrigação da administração pública com os fornecedores.

Não estão abrangidos pelo presente Termo de Cancelamento o que podem ser objeto de exigência ou responsabilização, a saber:

- As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.

Sendo assim, o Município de Nova Andradina MS, através do(a) Ordenador(a) de despesas, assina o presente Termo de Cancelamento, para que surta os seus efeitos legais.

Nova Andradina-MS, 16 de Dezembro de 2016.

Arion Aislán de Sousa  
Secretário Municipal de Finanças e Gestão